

'Reforma vai reduzir muito pouca despesa', diz ex-ministro de FH

Luiz Carlos Bresser-Pereira entrevistado por Alessandra Duarte

O Globo, 31.8.2015

Bresser-Pereira, que comandou reforma do Estado de Fernando Henrique, diz que mudanças deveriam incluir enfoque em gestão por resultados



RIO - Ex-ministro do governo Fernando Henrique que idealizou em 1995 o Plano Diretor de Reforma do Estado, e que comandou na época o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira afirma que, apesar de simbólico para a imagem do governo, o corte de ministérios anunciado por Dilma não vai ter grande impacto na redução de gastos federais. Ao GLOBO, Bresser-Pereira diz que Dilma "está pouco informada" sobre reforma gerencial e que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) "faz gestão por resultados muito mal".

Como avalia a reforma ministerial anunciada pelo governo federal?

Essa reforma é simbólica, é para a opinião pública. Um modo de atender uma demanda recorrente da sociedade sobre redução de ministérios, porque 39 ministérios é um absurdo. Há também demandas por menos cargos (no governo). Mas essas são duas coisas sem maior importância. Vai reduzir muito pouca despesa.

E o corte de cargos comissionados? Tem impacto?

Acho um equívoco como veem esse ponto. Olham esse número de 23 mil (cargos comissionados) e acham que são a própria realização do clientelismo. Não são. E

não apenas porque a maioria deles é ocupada por servidores concursados, mas porque muitos são competentes e necessários. Claro que há clientelismo ali. Em Brasília há pouco; há mais nas superintendências, nas representações estaduais. Mas isso é secundário quando vemos o total. Os cargos em comissão são a forma de avaliação dos servidores atualmente. Os ministros precisam de pessoas competentes e que trabalhem muito, então os bons servidores conseguem esses cargos. Mas, nessa reforma, as atividades necessárias serão incorporadas a outros órgãos. Vai diminuir um pouco o gasto.

Que reforma administrativa o governo Dilma precisa fazer?

Minha visão de reforma é muito diferente. Todos queremos um Estado social, que, por definição, é grande. O Estado liberal do século XIX tinha quatro ministérios: Justiça, Defesa, Relações Exteriores e Fazenda. Representava algo como 7% do PIB. No Estado social, essa soma das despesas públicas é mais de 40% nos países ricos; no Brasil é 36%. Mas, ao mesmo tempo em que queremos um Estado social, não queremos pagar muito imposto. Então, a ideia na reforma gerencial de 1995 foi passar a administrar por resultados: você dá mais autonomia aos gerentes e gestores, e cobra deles esses resultados. Também há parcerias com entidades da sociedade, fora da estrutura governamental, para que o governo se concentre nas funções exclusivas do Estado. Isso não se faz de um dia para outro. Começamos a fazer, mas o processo foi interrompido nos governos do PT, que criaram, porém, uma boa estrutura gerencial em duas áreas: a gestão do Bolsa Família e a da Previdência. Tirando esses dois setores, a presidente Dilma está pouco informada sobre isso (reforma gerencial), então fica fazendo o que pedem a ela. Ela está tentando fazer o melhor que pode, mas está precisando de assessores nessa área.

Quais mudanças poderiam ser feitas?

O Planejamento está sempre envolvido com o Orçamento, então deixa a gestão de lado. Deveria haver um ministério que cuidasse apenas da gestão. Olha só, no momento em que discutem corte de ministério, eu estou aqui propondo mais um... Outra coisa que falhou na reforma de 95 foi que não conseguimos implantar uma carreira de engenheiros gestores, para formular e avaliar os projetos de infraestrutura.

Isso ajudaria, por exemplo, a gestão do PAC, o principal programa de infraestrutura hoje?

Pelo que estou informado, o PAC faz essa gestão por resultados muito mal. O PAC não teve competência para fazer tudo o que quis, e um dos motivos foi porque faltaram engenheiros gestores. O mercado não competitivo, como a infraestrutura, é o Estado que tem que cuidar. Além disso, tem o tamanho (do programa). No segundo mandato do Fernando Henrique, os anteriores 43 projetos estratégicos que o 1o. governo FH tinha passaram a ser 300. Aí você não controla nada. No PAC aconteceu um pouco isso.